



**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 954, DE 2020**

Dispõe sobre o compartilhamento de dados por empresas de telecomunicações prestadoras de Serviço Telefônico Fixo Comutado e de Serviço Móvel Pessoal com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para fins de suporte à produção estatística oficial durante a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.



CD/20549.13918-00

**EMENDA MODIFICATIVA**

Modifique-se o artigo 2º da Medida Provisória nº 954/2020:

*“Art. 2º As empresas de telecomunicação prestadoras do STFC e do SMP deverão disponibilizar à Fundação IBGE, em meio eletrônico, a relação dos nomes, dos números de telefone e dos endereços dos consumidores, pessoas físicas ou jurídicas, estritamente necessários para a realização de Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios - PNAD sobre a pandemia da Covid-19”. (NR)*

**JUSTIFICAÇÃO**

A Medida Provisória nº 959, apesar de meritória, falha gravemente ao não limitar a coleta de dados ao mínimo necessário, especialmente por se tratar de uma pesquisa por amostragem. É desproporcional que o IBGE requisite os perfis dos usuários de serviço de telefonia de todos os brasileiros e de todas as empresas. Considerando a necessidade de pesquisa amostral, o IBGE deveria requerer das operadoras dados específicos e de acordo com a amostra necessária para cada pesquisa.

Assim, da forma como se encontra no texto da MP, a coleta em massa



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

de dados de usuários (pessoas físicas e jurídicas) das redes móvel e fixa de telefonia viola o inciso III constante no art. 6º da Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados – que determina o princípio da necessidade.

Ou seja, às operadoras cabe fornecer ao IBGE tão somente blocos de dados de clientes correspondentes à amostra solicitada, ao invés de realizar a transferência de sua base de dados completa.

Ressalta-se que a construção jurídica das emendas a partir da LGPD é justificada, ainda que a lei esteja em seu período de vacância, por se tratar de uma lei validamente aprovada pelo devido processo legislativo. O período de *vacatio legis* se justifica para a adaptação à lei, e não para seu desrespeito.

Por estas razões, solicito apoio para a aprovação desta emenda.

Sala das Comissões, em                      de                      de 2020.

**Deputado FRANCO CARTAFINA**  
Progressistas/MG



CD/20549.13918-00